

Sumário

NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	12
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	28
PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	39
AGENTES PÚBLICOS E LEI Nº 8.112/1990	59
ATOS ADMINISTRATIVOS	88
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - LEI Nº 8.429/1992	102
RESPONSABILIDADE CIVIL.....	120
LICITAÇÃO - LEI Nº 8.666/1993	127
PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	144



Noções de Organização Administrativa

1. **(FGV)** Em uma situação hipotética, o Município de Angra dos Reis, aproveitando o aumento de pessoal após a realização de um concurso público, decide criar um novo órgão para aprimorar os serviços de saúde na região.
Nesse contexto, foi utilizado pelo Município a técnica administrativa conhecida por
 - a) desconcentração.
 - b) concentração.
 - c) descentralização.
 - d) centralização.
 - e) publicização.

2. **(Quadrix)** Julgue o item, relativo aos vícios dos atos administrativos e à organização da Administração Pública. Para ser qualificada como agência executiva, é imprescindível que a autarquia ou fundação integrante da Administração Pública Federal celebre contrato de gestão com o respectivo ministério supervisor e que tenha plano estratégico de reestruturação e desenvolvimento institucional da qualidade de gestão e redução de custos, sendo desnecessária a edição de decreto presidencial.

3. **(Quadrix)** Acerca da legislação administrativa, julgue o item.
As entidades da administração indireta possuem personalidade jurídica, patrimônio próprio e capacidade de autoadministração e vinculam-se a órgãos da administração direta.

4. **(Quadrix)** Acerca da legislação administrativa, julgue o item.
As autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia são criadas por leis específicas, cabendo à lei complementar, no caso das fundações, definir suas áreas de atuação.

5. **(Quadrix)** Acerca da legislação administrativa, julgue o item.
Todo órgão público da administração direta tem personalidade jurídica de direito público, é criado por lei para realizar atividades especializadas e submete-se ao controle do Estado.

6. **(Quadrix)** Acerca da legislação administrativa, julgue o item.
As autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista estão sujeitas ao regime jurídico de direito público.

7. **(Consulplan)** Acerca das empresas públicas e das sociedades de economia mista, assinale a alternativa INCORRETA:
 - a) O capital das empresas públicas é exclusivamente público, podendo sua origem ser federal, distrital, estadual ou municipal.
 - b) A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado, criada por lei mediante proposta do Presidente da República.
 - c) As sociedades de economia mista são criadas mediante autorização legislativa e além de explorar atividade econômica podem também prestar serviços públicos.
 - d) A maioria do capital das sociedades de economia mista é público.

8. **(Consulplan)** Relativamente às autarquias, mais especificamente quanto as suas características, assinale a alternativa CORRETA:
- a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, significa dizer que o regime jurídico aplicável a tais entidades é o de direito privado, e não as regras de direito público.
 - b) As autarquias são criadas e extintas por lei específica, a necessidade de criação por lei específica afasta a possibilidade de criação da entidade por leis multitemáticas, isto é, a lei que cria a autarquia deve tratar exclusivamente da criação da autarquia.
 - c) As autarquias podem exercer atividade econômica juntamente com a prestação de serviços públicos.
 - d) As autarquias são imunes a tributação, por força do art. 150, §2º.
9. **(Quadrix)** No que se refere à legislação administrativa, julgue o item.
As empresas públicas e as sociedades de economia mista fazem parte da Administração pública direta.
10. **(Quadrix)** Com relação aos direitos fundamentais, julgue o item.
Embora seja necessária para a criação de autarquias, a lei específica é dispensada na instituição de Fundações Públicas.
11. **(Cespe)** De acordo com a teoria da imputação, atualmente adotada no ordenamento jurídico brasileiro, a manifestação de vontade de pessoa jurídica dá-se por meio dos órgãos públicos, ou seja, conforme essa teoria, quando o agente do órgão manifesta sua vontade, a atuação é atribuída ao Estado.
12. **(Cespe)** A criação, pela União, de sociedade de economia mista depende de autorização legislativa. Autorizada, a sociedade deverá assumir a forma de sociedade anônima, e a maioria de suas ações com direito a voto pertencerão à União ou a entidade da administração indireta.
13. **(Cespe)** Os conselhos profissionais, com exceção da OAB, têm personalidade jurídica de direito privado, detêm poder de polícia e gozam de imunidade tributária.
14. **(Cespe)** Situação hipotética: Foi constatado um superfaturamento para a realização de concurso público para a contratação de empregados de uma sociedade de economia mista. Assertiva: Nessa situação, ainda que possuísse personalidade jurídica de direito privado, a referida sociedade estaria sujeita ao controle pelo respectivo tribunal de contas.
15. **(Cespe)** Por ter sido criada mediante lei específica, a OAB possui natureza de autarquia.
16. **(Cespe)** É defesa aos Poderes Judiciário e Legislativo a criação de entidades da administração indireta, como autarquias e fundações públicas.
17. **(Cespe)** A atividade administrativa pode ser prestada de forma centralizada, em que um único órgão desempenha as funções administrativas do ente político.
18. **(Cespe)** O princípio da especialidade na administração indireta impõe a necessidade de que conste, na lei de criação da entidade, a atividade a ser exercida de modo descentralizado.
19. **(Cespe)** O simples fato de o poder público passar a deter a maioria do capital social de uma empresa privada a transforma em sociedade de economia mista, independentemente de autorização legal.





20. **(Cespe)** As fundações governamentais de direito público, embora não tenham de ser criadas por leis específicas, devem ser instituídas, após autorização legal, por meio do registro de seus respectivos atos constitutivos no registro civil de pessoas jurídicas.
21. **(Cespe)** A administração pública indireta, na esfera federal, compreende as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público e privado, as quais mantêm relação de subordinação e controle hierárquico com os ministérios com os quais guardam pertinência.
22. **(Cespe)** Entre as entidades da administração indireta e os entes federativos que as instituíram ou que autorizaram sua criação inexistente relação de subordinação, havendo entre eles relação de vinculação que fundamenta o exercício do controle finalístico ou tutela.
23. **(Cespe)** A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), órgão integrante da estrutura administrativa da União. Considerando essas informações, julgue o próximo item.
A criação de pessoa jurídica de direito privado integrante da administração pública dá-se por meio da inscrição de seus atos constitutivos no registro público competente, desde que haja autorização legal.
24. **(Cespe)** Por meio da técnica denominada desconcentração, poderá o presidente da República, utilizando-se de decreto, criar dois novos ministérios e repartir entre eles as competências do MP, desde que não haja aumento de despesa.
25. **(Cespe)** As fundações públicas de personalidade jurídica de direito público, na área federal, são entidades da administração direta.
26. **(Cespe)** As secretarias, dentro da administração direta, executam suas tarefas de forma centralizada.
27. **(Cespe)** A criação de autarquia é uma forma de descentralização por meio da qual se transfere determinado serviço público para outra pessoa jurídica integrante do aparelho estatal.
28. **(Cespe)** Autarquia é entidade dotada de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, não sendo possível que a lei institua mecanismos de controle da entidade pelo ente federativo que a criou.
29. **(Cespe)** O instrumento adequado para a criação de autarquia é o decreto, pois o ato é de natureza administrativa e de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.
30. **(Cespe)** As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público.
31. **(Cespe)** Na desconcentração, há divisão de competências dentro da estrutura da entidade pública com atribuição para desempenhar determinada função.
32. **(Cespe)** Uma autarquia federal, desejando comprar um bem imóvel – não enquadrado nas hipóteses em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível – com valor de contratação estimado em R\$ 50.000,00, efetuou licitação na modalidade concorrência.
33. **(Cespe)** A criação de autarquia federal depende de edição de lei complementar.
34. **(Cespe)** Cria-se empresa pública e autoriza-se seu imediato funcionamento por meio de publicação de lei ordinária específica.

- 35. (Cespe)** Em regra, as sociedades de economia mista devem realizar concurso público para contratar empregados.
- 36. (Cespe)** A desconcentração de serviços é caracterizada pelas situações em que o poder público cria, por meio de lei, uma pessoa jurídica e a ela atribui a execução de determinado serviço.
- 37. (Cespe)** Segundo o STF, os conselhos profissionais são considerados autarquias profissionais ou corporativas.
- 38. (Cespe)** As sociedades de economia mista que exploram atividade econômica não estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas da União.
- 39. (Cespe)** Existe relação de hierarquia entre a autarquia e o ministério que a supervisiona.
- 40. (Cespe)** A autarquia é uma entidade de competência política, desprovida de caráter administrativo.
- 41. (Cespe)** A composição do capital das sociedades de economia mista é o resultado da conjugação de recursos públicos e privados, sendo os recursos privados inadmitidos na composição do capital das empresas públicas.
- 42. (Cespe)** As empresas públicas assumem obrigatoriamente a forma de sociedades anônimas, enquanto as sociedades de economia mista podem-se revestir de qualquer das formas admitidas em direito.
- 43. (Cespe)** Entidade administrativa, com personalidade jurídica de direito público, destinada a supervisionar e fiscalizar o ensino superior, criada mediante lei específica, possui autonomia e é titular de direitos e obrigações próprios.
- 44. (Cespe)** Órgãos e entidades públicos, tanto da administração direta quanto da indireta, podem aumentar a sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira mediante contratos firmados, conforme previsão legal.
- 45. (Cespe)** As autarquias são pessoas jurídicas de direito público com autonomia administrativa, beneficiadas pela imunidade recíproca de impostos sobre renda, patrimônio e serviços, cujos bens são passíveis de aquisição por usucapião e cujas contratações são submetidas ao dever constitucional de realização de prévia licitação.
- 46. (Cespe)** As sociedades de economia mista, cuja criação e cuja extinção são autorizadas por meio de lei específica, possuem personalidade jurídica de direito privado, são constituídas sob a forma de sociedade anônima e aplica-se ao pessoal contratado o regime de direito privado, com empregados submetidos ao regime instituído pela legislação trabalhista.
- 47. (Cespe)** As empresas públicas, que possuem personalidade jurídica de direito público, são organizadas sob qualquer das formas admitidas em direito, estão sujeitas à exigência constitucional de contratação mediante licitação e têm quadro de pessoal instituído pela legislação trabalhista, cuja contratação condiciona-se a prévia aprovação em concurso público.
- 48. (Cespe)** Na organização administrativa do poder público, as autarquias públicas são órgãos da administração direta e estão vinculadas a algum ministério.





Noções de Organização Administrativa

1. (FGV) Em uma situação hipotética, o Município de Angra dos Reis, aproveitando o aumento de pessoal após a realização de um concurso público, decide criar um novo órgão para aprimorar os serviços de saúde na região.

Nesse contexto, foi utilizado pelo Município a técnica administrativa conhecida por

- a) desconcentração.
- b) concentração.
- c) descentralização.
- d) centralização.
- e) publicização.

Gabarito: A.

A desconcentração é um fenômeno de distribuição interna de competências entre órgãos (unidades administrativas) que compõem determinada pessoa jurídica (repartição de competências entre os Ministérios, Secretarias etc.). O órgão público não possui personalidade jurídica própria, isto é, não é titular de direitos e obrigações, não responde pelos seus atos, não tem pessoal nem patrimônio próprio.

2. (Quadrix) Julgue o item, relativo aos vícios dos atos administrativos e à organização da Administração Pública.

Para ser qualificada como agência executiva, é imprescindível que a autarquia ou fundação integrante da Administração Pública Federal celebre contrato de gestão com o respectivo ministério supervisor e que tenha plano estratégico de reestruturação e desenvolvimento institucional da qualidade de gestão e redução de custos, sendo desnecessária a edição de decreto presidencial.

Gabarito: Errado.

As Agências Executivas são **Autarquias ou fundações públicas com personalidade jurídica de Direito Público** que, por estarem **ineficientes**, celebram um **contrato de gestão com o Ministério supervisor por iniciativa**. Desse modo, mediante a celebração do mencionado contrato de gestão (art. 37, §8º da CF/88), será elaborado um plano estratégico de reestruturação e o próprio chefe do poder executivo **editará um Decreto qualificando essa Autarquia como Agência Executiva**.

3. (Quadrix) Acerca da legislação administrativa, julgue o item.

As entidades da administração indireta possuem personalidade jurídica, patrimônio próprio e capacidade de autoadministração e vinculam-se a órgãos da administração direta.

Gabarito: Certo.

A **Administração Pública Indireta** é formada por entidades administrativas com **personalidade jurídica própria, patrimônio próprio, autonomia administrativa e cujas despesas são custeadas por meio de orçamento específico**. A criação dessas pessoas jurídicas ocorre quando a Administração Pública Direta, para fins de garantir a eficiência, decide transferir a execução de determinados serviços públicos para outras pessoas jurídicas (Administração Pública Indireta), que se especializarão na prestação dessa atividade (descentralização). Essas entidades estão vinculadas à Administração Pública Direta e são submetidas a uma Supervisão Ministerial, tutela administrativa.

4. (Quadrix) Acerca da legislação administrativa, julgue o item.

As Autarquias, as fundações, as Empresas Públicas e as sociedades de economia são criadas por leis específicas, cabendo à lei complementar, no caso das fundações, definir suas áreas de atuação.

Gabarito: Errado.

A Lei específica cria as Autarquias e as Fundações Públicas com personalidade jurídica de Direito Público e AUTORIZA a criação das Fundações Públicas com personalidade jurídica de Direito Privado, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

5. (Quadrix) Acerca da legislação administrativa, julgue o item.

Todo órgão público da administração direta tem personalidade jurídica de Direito Público, é criado por lei para realizar atividades especializadas e submete-se ao controle do Estado.

Gabarito: Errado.

O art. 1º, §2º, I, da Lei nº 9784/99 define o órgão público:

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se: I – órgão – a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;

O órgão nada mais é do que um conjunto de competências, uma unidade administrativa **integrante de uma pessoa jurídica responsável (Administração Pública Direta ou Indireta), estando sujeito ao controle hierárquico. O órgão não possui personalidade jurídica própria.**

6. (Quadrix) Acerca da legislação administrativa, julgue o item.

As Autarquias, as fundações, as Empresas Públicas e as sociedades de economia mista estão sujeitas ao regime jurídico de Direito Público.

Gabarito: Errado.

A Autarquia pode ser conceituada como pessoa jurídica de Direito Público interno que se encontra sujeita ao Regime Jurídico de Direito Público, exercendo **atividade típica de Estado**. As Fundações Públicas, por sua vez, podem ser criadas com **personalidade jurídica de Direito Público**, neste caso serão verdadeiras Autarquias fundacionais, e com **personalidade jurídica de Direito Privado (fundação governamental)**. **As Empresas Públicas são pessoas jurídicas de Direito Privado, criadas por meio de autorização legal, que possuem capital exclusivamente público, podendo ser constituídas sob qualquer modalidade empresarial. Por fim**, as sociedades de economia mista são **pessoas jurídicas de Direito Privado** criadas mediante autorização legal para a **prestação de serviços públicos ou para exploração de atividade econômica**. Essas são constituídas por capital misto, público e privado (sendo que a maioria do capital votante será público), e instituída somente sob a forma empresarial de **sociedade anônima**.

7. (Consulplan) Acerca das Empresas Públicas e das sociedades de economia mista, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O capital das Empresas Públicas é exclusivamente público, podendo sua origem ser federal, distrital, estadual ou municipal.
- b) A Empresa Pública é pessoa jurídica de Direito Privado, criada por lei mediante proposta do Presidente da República.
- c) As sociedades de economia mista são criadas mediante autorização legislativa e além de explorar atividade econômica podem também prestar serviços públicos.
- d) A maioria do capital das sociedades de economia mista é público.

Gabarito: B.

As Empresas Públicas são **pessoas jurídicas de Direito Privado**, criadas por meio de **autorização legal**, que possuem **capital exclusivamente público**. A regra, todavia, precisa ser analisada com o texto do parágrafo único do mesmo dispositivo (art. 3º da Lei 13.303/16) que permite a participação no capital social da Empresa Pública de outras **pessoas jurídicas de Direito Público interno**, bem como de entidades da Administração Indireta dos entes federados da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

8. (Consulplan) Relativamente às Autarquias, mais especificamente quanto as suas características, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As Autarquias são pessoas jurídicas de Direito Privado, significa dizer que o regime jurídico aplicável a tais entidades é o de Direito Privado, e não as regras de Direito Público.
- b) As Autarquias são criadas e extintas por lei específica, a necessidade de criação por lei específica afasta a possibilidade de criação da entidade por leis multitemáticas, isto é, a lei que cria a autarquia deve tratar exclusivamente da criação da autarquia.
- c) As Autarquias podem exercer atividade econômica juntamente com a prestação de serviços públicos.
- d) As Autarquias são imunes a tributação, por força do art. 150, §2º.





Gabarito: B.

As Autarquias são criadas e extintas por lei específica, a qual é criada especificamente para um só tema – que é a criação da determinada Autarquia.

9. **(Quadrix)** No que se refere à legislação administrativa, julgue o item.

As Empresas Públicas e as sociedades de economia mista fazem parte da Administração Pública Direta.

Gabarito: Errado.

As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista fazem parte da Administração Pública **Indireta**.

10. **(Quadrix)** Com relação aos direitos fundamentais, julgue o item.

Embora seja necessária para a criação de Autarquias, a lei específica é dispensada na instituição de Fundações Públicas.

Gabarito: Errado.

A Lei específica cria as Autarquias e as Fundações Públicas com personalidade jurídica de Direito Público e autoriza a criação das Fundações Públicas com personalidade jurídica de Direito Privado, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

11. **(Cespe)** De acordo com a teoria da imputação, atualmente adotada no ordenamento jurídico brasileiro, a manifestação de vontade de pessoa jurídica dá-se por meio dos órgãos públicos, ou seja, conforme essa teoria, quando o agente do órgão manifesta sua vontade, a atuação é atribuída ao Estado.

Gabarito: Certo.

Segundo a Teoria do Órgão ou da Imputação, a pessoa jurídica manifesta sua vontade por meio dos órgãos, os quais são integrantes da própria estrutura da pessoa jurídica. Desse modo, quando os agentes manifestam sua vontade, considera-se um ato praticado pelo próprio Estado. Falamos aqui em imputação e não em representação.

12. **(Cespe)** A criação, pela União, de Sociedade de Economia Mista depende de autorização legislativa. Autorizada, a sociedade deverá assumir a forma de sociedade anônima, e a maioria de suas ações com direito a voto pertencerão à União ou a entidade da administração indireta.

Gabarito: Certo.

De acordo com o Decreto-Lei nº 200/67, Art. 5º, III. *Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.*

13. **(Cespe)** Os conselhos profissionais, com exceção da OAB, têm personalidade jurídica de Direito Privado, detêm Poder de Polícia e gozam de imunidade tributária.

Gabarito: Errado.

Os conselhos de fiscalização profissional (CRC, CRM, etc) possuem personalidade jurídica de Direito Público, possuem também a natureza jurídica de autarquia federal, com exceção da OAB como afirma a questão. Possuem suas contas submetidas ao controle do TCU e exercem atividade típica do Estado, com autonomia administrativa e financeira, dotada dos poderes de polícia, de tributar e de punir, que não pode ser delegada (STF RE 713.084 / SP).

14. **(Cespe)** Situação hipotética: Foi constatado um superfaturamento para a realização de concurso público para a contratação de empregados de uma Sociedade de Economia Mista. Assertiva: Nessa situação, ainda que possuísse personalidade jurídica de Direito Privado, a referida sociedade estaria sujeita ao controle pelo respectivo tribunal de contas.

Gabarito: Certo.

As Sociedades de Economia Mista podem ser definidas como: Exploradora de Atividades Econômicas, que são regidas pelo regime jurídico híbrido que se aproxima do Direito Privado; e as Prestadora de Serviços Públicos as quais são regidas pelo regime jurídico híbrido que se aproxima do Direito Público.. Ambas devem seguir os princípios da Administração Pública, conseqüentemente, estariam sim sujeitas ao controle externo pelo tribunal de contas.

15. (Cespe) Por ter sido criada mediante lei específica, a OAB possui natureza de autarquia.

Gabarito: Errado.

Segundo o STF, a OAB configura uma entidade ímpar, *sui generis*, um “serviço público independente”, não integrante da administração pública, nem passível de ser classificada em categoria alguma prevista em nosso ordenamento jurídico. (STF ADI 3.026/DF)

16. (Cespe) É defesa aos Poderes Judiciário e Legislativo a criação de entidades da administração indireta, como Autarquias e Fundações Públicas.

Gabarito: Errado.

Reescrivendo a assertiva temos que: é proibido ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário a criação de Autarquias e Fundações. O que está errado. Pois tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Judiciário podem sim criar tais entidades.

17. (Cespe) A atividade administrativa pode ser prestada de forma centralizada, em que um único órgão desempenha as funções administrativas do ente político.

Gabarito: Certo.

O instituto da Centralização ocorre quando a atividade administrativa é exercida diretamente pela própria Administração Pública Direta,, que atua diretamente por meio dos seus órgãos, sem criar novas pessoas jurídicas (descentralização).

18. (Cespe) O princípio da especialidade na administração indireta impõe a necessidade de que conste, na lei de criação da entidade, a atividade a ser exercida de modo descentralizado.

Gabarito: Certo.

Princípio da Especialidade: a Administração Pública Direta ao criar pessoas jurídicas, com o intuito de descentralizar a prestação de serviços públicos, deve estabelecer legalmente a função a ser desempenhada por essas entidades.

19. (Cespe) O simples fato de o Poder Público passar a deter a maioria do capital social de uma empresa privada a transforma em Sociedade de Economia Mista, independentemente de autorização legal.

Gabarito: Errado.

Para a criação de uma Sociedade de Economia Mista é necessária autorização legislativa, não bastando apenas o Poder Público deter a maioria do capital social de uma empresa privada. Art. 37, XIX. *Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de Empresa Pública, de Sociedade de Economia Mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.*

20. (Cespe) As fundações governamentais de Direito Público, embora não tenham de ser criadas por leis específicas, devem ser instituídas, após autorização legal, por meio do registro de seus respectivos atos constitutivos no registro civil de pessoas jurídicas.

Gabarito: Errado.

Fundações Públicas de Direito Público podem ser chamadas de Autarquias Fundacionais e Fundações Autárquicas e são classificadas, por alguns autores, como espécies de Autarquias. Desse modo, seguem o rito de criação das Autarquias - que são criadas diretamente por lei.





21. **(Cespe)** A Administração Pública Indireta, na esfera federal, compreende as entidades dotadas de personalidade jurídica de Direito Público e privado, as quais mantêm relação de subordinação e controle hierárquico com os ministérios com os quais guardam pertinência.

Gabarito: Errado.

O erro da questão está ao afirmar que há relação de subordinação entre a Administração Indireta e os entes que a criaram. O que existe na verdade é o controle finalístico também chamado de Supervisão Ministerial.

22. **(Cespe)** Entre as entidades da administração indireta e os entes federativos que as instituíram ou que autorizaram sua criação inexistente relação de subordinação, havendo entre eles relação de vinculação que fundamenta o exercício do controle finalístico ou tutela.

Gabarito: Certo.

Entre a Administração Direta e Indireta não existe subordinação ou hierarquia, existe apenas uma relação de vinculação. A Administração Direta exerce o controle finalístico, ou tutela administrativa, sobre o ente da Administração Indireta que ela criou.

23. **(Cespe)** A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) é uma entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), órgão integrante da estrutura administrativa da União. Considerando essas informações, julgue o próximo item.

A criação de pessoa jurídica de Direito Privado integrante da administração pública dá-se por meio da inscrição de seus atos constitutivos no registro público competente, desde que haja autorização legal.

Gabarito: Certo.

Tratando-se de Autarquias, sabe-se que são criadas por lei específica e as mesmas são entidades dotadas de personalidade jurídica de Direito Público, bastando apenas a edição lei para a pessoa jurídica passar a existir. Porém a lei específica AUTORIZA a criação dos demais entes da Adm. Indireta. No caso da Empresa Pública, Sociedade Economia Mista e Fundação Pública com personalidade jurídica de Direito Privado é necessário, além da lei autorizando, o registro de seus atos constitutivos no órgão competente para se dar a efetiva criação.

24. **(Cespe)** Por meio da técnica denominada desconcentração, poderá o presidente da República, utilizando-se de decreto, criar dois novos ministérios e repartir entre eles as competências do MP, desde que não haja aumento de despesa.

Gabarito: Errado.

De acordo com o Art. 84. VI, "a" da Constituição Federal *compete privativamente ao Presidente da República dispor mediante decreto sobre "organização e funcionamento da administração pública federal, quando não implicar aumento de despesas nem criação ou extinção de órgãos públicos*. Sendo assim, não poderá o Presidente da República criar Ministério, Órgão por meio de Decreto, pois é vedado expressamente na CF/88.

25. **(Cespe)** As Fundações Públicas de personalidade jurídica de Direito Público, na área federal, são entidades da administração direta.

Gabarito: Errado.

As Fundações Públicas de Direito Público, são também chamadas de Fundações Autárquicas e Autarquias Fundacionais. A questão erra ao afirmar que são entidades da Adm. Direta. Trata-se de entidades da Administração Indireta, assim como as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as Fundações Públicas de Direito Privado.

26. **(Cespe)** As secretarias, dentro da administração direta, executam suas tarefas de forma centralizada.

Gabarito: Certo.

Ocorre a chamada centralização administrativa, a qual existe quando o Estado executa suas tarefas diretamente, por meio de seus órgãos e agentes integrantes da Administração Direta.

27. (Cespe) A criação de autarquia é uma forma de descentralização por meio da qual se transfere determinado serviço público para outra pessoa jurídica integrante do aparelho estatal.

Gabarito: Certo.

A criação de uma autarquia para executar determinado serviço público representa uma descentralização das atividades estatais. Sendo necessária apenas a edição de lei específica para sua criação. Ocorre a chamada Descentralização por Serviços ou por Outorga Legal, a qual transfere execução e titularidade do serviço público.

28. (Cespe) Autarquia é entidade dotada de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, não sendo possível que a lei institua mecanismos de controle da entidade pelo ente federativo que a criou.

Gabarito: Errado.

A Administração Indireta não é subordinada à Administração Direta. Existe na verdade o chamado Controle Finalístico, conhecido também por Supervisão Ministerial. Esses mecanismos analisam se as entidades estão cumprindo as finalidades para as quais foram criadas.

29. (Cespe) O instrumento adequado para a criação de autarquia é o decreto, pois o ato é de natureza administrativa e de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

Gabarito: Errado.

De acordo com previsão expressa na Constituição Federal, o instrumento adequado e legal para a criação de Autarquia é a lei. Segue o texto legal da CF. Art. 37, XIX. *Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de Empresa Pública, de Sociedade de Economia Mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.*

30. (Cespe) As Empresas Públicas são pessoas jurídicas de Direito Público.

Gabarito: Errado.

A questão erra ao afirmar que a Empresa Pública é pessoa jurídica de Direito Público. Sabemos que as Empresas Públicas juntamente com as Sociedades de Economia Mista são pessoas de Direito Privado. Diferenciando-se, portanto, na forma de forma societária e na constituição do capital social.

31. (Cespe) Na desconcentração, há divisão de competências dentro da estrutura da entidade pública com atribuição para desempenhar determinada função.

Gabarito: Certo.

A Desconcentração Administrativa consiste na distribuição interna de competências, no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, que desempenhará suas funções por meio de seus órgãos. Devemos lembrar que nesse caso existe Poder Hierárquico, relação de subordinação.

32. (Cespe) Se determinada atribuição administrativa for outorgada a órgão público por meio de uma composição hierárquica da mesma pessoa jurídica, em uma relação de coordenação e subordinação entre os entes, esse fato corresponderá a uma centralização.

Gabarito: Errado.

A atividade administrativa centralizada é exercida pelo próprio Estado, que atua por meio de seus órgãos. A questão trata de desconcentração.

